

Esquema de Alves também atuava no MEC

■ Escolas e faculdades de vários estados que receberam subvenções sociais ganharam verbas bilionárias da Educação em 1991

FRANKLIN MARTINS

BRASÍLIA — O esquema de corrupção com as subvenções sociais organizado pelo deputado João Alves (PPR-BA), que manipulou aproximadamente US\$ 150 milhões do Ministério da Ação Social, também operava no Ministério da Educação, de onde desviou somente no ano de 1991 recursos equivalentes a US\$ 14 milhões. Há documentos que comprovam ainda que, até 1989, a quadrilha atuava também no Ministério do Interior, extinto com a reforma administrativa do início do governo Collor. A fraude no programa de subvenções é a mais fácil de ser comprovada pela CPI do Orçamento, segundo analisam integrantes da comissão.

No caso do Ministério da Educação, a lista das escolas particulares contempladas com dotações milionárias não deixa dúvida sobre a participação do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e do ex-deputado Feres Nader no esquema. A

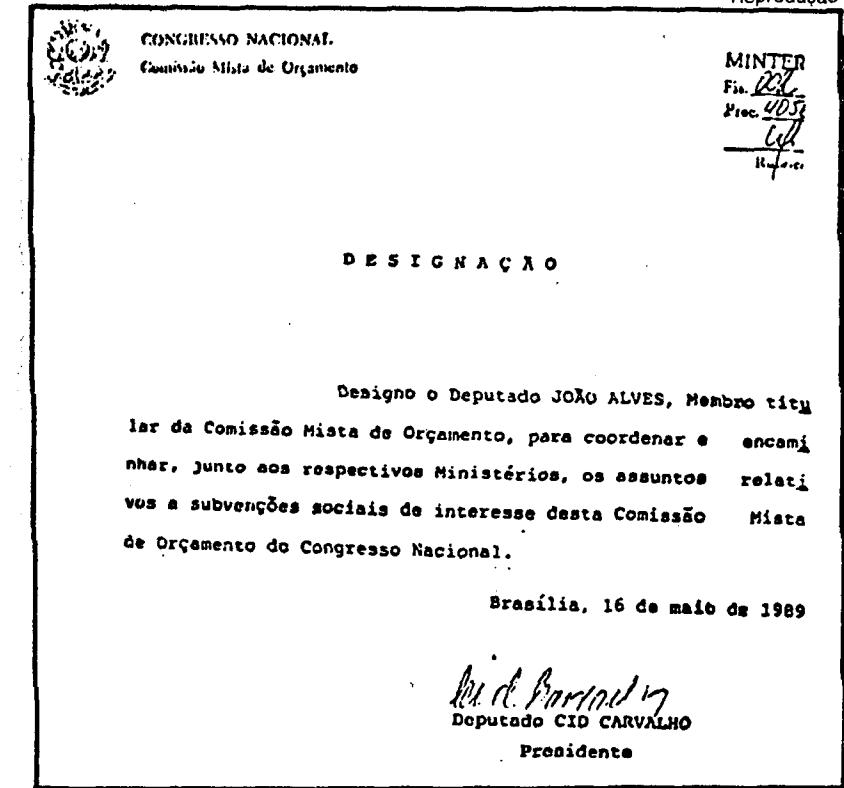
certeza da impunidade era tão gritante que as escolas que recebiam dinheiro do MEC são as mesmas beneficiadas pelas subvenções sociais liberadas pelo então Ministério da Ação Social.

As faculdades da Sociedade Unificada Augusto Motta (Suam), no Rio, por exemplo, que receberam do MEC em 1991 em torno de US\$ 1 milhão 715 mil, foram agraciadas com US\$ 1 milhão 660 mil pela então ministra da Ação Social, Margarida Procópio. O MEC repassou para as escolas da Sociedade Barramansense de Ensino Superior, que pertencem a Nader, US\$ 935 mil, enquanto a Ação Social entregou-lhes US\$ 2 milhões 300 mil.

A mesma rotina ocorreu com outras instituições educacionais do Rio, como a Associação Fluminense de Educação, a Associação Educacional Caxiense, a Fundação Rosember Pimentel, o Centro Educacional do Realengo (Facul-

dades Castelo Branco), Organização Hélio Alonso, Hospital Escola São José, Instituto de Desenvolvimento Organizacional (Nova Iguaçu), Associação Promotora do Evangelismo e a Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil.

Mostrando que Alves e Raunheitti montaram uma rede nacional de desvio de verbas públicas, com cúmplices em faculdades particulares de vários estados, o esquema operou de forma idêntica, em 1991, em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. As escolas que integram a Organização Santamarense de Educação e Cultura, na capital paulista, receberam do MEC US\$ 985 mil naquele ano. Já o Ministério da Ação Social entregou-lhes US\$ 1 milhão 450 mil. As faculdades que compõem a União das Escolas Superiores de Cuiabá levaram do MEC US\$ 2 milhões 200 mil, embora tivessem recebido da Ação Social outros US\$ 2 milhões 800 mil.



Ofício de Carvalho designando João Alves para o comando do esquema